

## **MESA REDONDA DOS PARCEIROS E POTENCIAIS PARCEIROS DAS ONG E ASSOCIAÇÕES CABO-VERDIANAS**

Praia, 22 a 25 de Setembro de 2008

### **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS**

**I.** A Mesa Redonda dos Parceiros e Potenciais Parceiros das ONG e Associações Cabo-verdianas teve lugar, na Cidade da Praia, de 22 a 25 de Setembro de 2008.

Estiveram presentes nesse evento aproximadamente 30 convidados estrangeiros vindos de Portugal e Espanha continental e ilhas, Bélgica, Holanda, Itália, Senegal, Benin, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, incluindo representantes da diáspora cabo-verdiana em alguns desses países, bem assim mais de uma centena de representantes das ONG e organizações comunitárias de base (OCB) de todo o país.

**II.** A presente Mesa Redonda teve os seguintes objectivos específicos:

- Divulgar junto dos parceiros e potenciais parceiros a realidade não governamental em Cabo Verde (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) com vista a sensibilizá-los sobre o papel incontornável dos actores não estatais no processo de desenvolvimento;
- Contribuir para aumentar o leque dos parceiros e potenciais parceiros da acção não governamental e, conseqüentemente, das possibilidades e oportunidades de mobilização de recursos por parte dos actores não governamentais cabo-verdianos;
- Ser uma oportunidade para a troca de experiências e conhecimentos entre as associações cabo-verdianas e os potenciais parceiros do Norte e para o estabelecimento de contactos directos que podem resultar em acordos de parceria.

**III.** No âmbito da Mesa Redonda, foram programadas quatro actividades:

- Uma Feira de Produtos de Economia Solidária, realizada no dia 22, que consistiu numa amostra da produção dos artistas e artesãos cabo-verdianos nos diversos concelhos do país, para além de ser uma oportunidade de conhecimento mútuo e de partilha de experiências e de sinergias entre os expositores;
- Uma Feira de Projectos Associativos, inaugurada no dia 23, que teve por propósito dar a conhecer aos parceiros internacionais os projectos de desenvolvimento das ONG e Associações nas diversas ilhas do arquipélago;

- Uma visita dos parceiros e convidados estrangeiros a algumas ONG e respectivos projectos no interior de Santiago, a ter lugar no dia 25, para se conhecerem melhor as realizações dessas organizações; e
- Uma Conferência Internacional de dois dias, que teve por objectivo a partilha de conhecimentos e experiências para o enriquecimento das práticas associativas através da articulação investigação-acção e a recolha de subsídios para os novos e complexos desafios dos próximos anos.

### **III. Cerimónia de abertura**

**3.1.** A abertura oficial da Conferência Internacional foi presidida por S. Excia. O Primeiro Ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves.

Em nome dos órgãos directivos da Plataforma das ONG, o Presidente do Conselho Directivo, Dr. Avelino Bonifácio Lopes, deu as boas-vindas a todos os participantes da Mesa Redonda e agradeceu o apoio dado pelos parceiros, particularmente a Comissão Europeia e o IPAD, à realização deste evento.

Na convicção de que a presente Mesa Redonda não constitui um objectivo em si, anunciou que ela marca o início de uma nova era na vida das ONG cabo-verdianas a ser marcada pela organização e pela modernização, pelo rigor e pelo profissionalismo, pela transparência e pela boa governança na gestão das ONG cabo-verdianas, mas também pelo profissionalismo e criatividade, de modo a encontrar alternativas para fazer face à tendência crescente de alargamento do leque de fundos e programas de cooperação de que Cabo Verde e as ONG cabo-verdianas são inelegíveis.

Essa mudança de paradigmas exige, no seu entender, que as ONG sejam capazes de encontrar formas inovadoras de mobilizar recursos internos e fazer face à tendência de redução de recursos de fontes externas, devendo os recursos internos constituir a maior fatia no financiamento, tanto do funcionamento, como dos projectos implementados pelas ONG cabo-verdianas.

Paralelamente, defendeu que a sociedade cabo-verdiana precisa clarificar a sua posição em relação ao financiamento das ONG e das OCB, argumentando que se, efectivamente, elas desempenham um papel de elevado interesse público, como tem sido reconhecido, o Governo, os partidos políticos, o Parlamento, as autarquias e a sociedade civil organizada precisam discutir e encontrar um ponto de equilíbrio que garanta a afectação de recursos do Estado em condições previsíveis e que assegurem o funcionamento de forma independente das ONG, assim como o sector empresarial nacional que deve assumir maiores responsabilidades sociais.

**3.2.** O representante do chefe da Delegação da Comissão Europeia em Cabo Verde, Arqº Jaime Royo Olid, qualificou de essencial a cooperação com a sociedade civil para o progresso de uma sociedade democrática como a cabo-verdiana.

Explicou que as modalidades de financiamento as ONGs e particularmente o montante atribuído à Plataforma para a organização, entre outras, da mesa redonda, representam um momento de transição, Cabo Verde tendo sido qualificado como país de rendimento médio. Mas o feito de ter atingido dito reconhecimento não significa que os desafios básicos como as desigualdades tem sido resolvidas.

Nas modalidades de financiamento, a Comissão vai disponibilizar ao Estado, a partir de agora (10º FED 2008 até 2014), 17M€ de apoio orçamental e mais 17M€ condicionados estes aos resultados na luta contra a pobreza, na qual a sociedade civil pode ter um papel importante.

Neste particular, aconselhou uma clara separação dos actores não governamentais em relação aos interesses partidários e outros poderes. Para garantir a não condicionalidade do financiamento dos actores não governamentais a Comissão Europeia tem reservado dois milhões de euros que serão postos à disposição de organizações chapéu, do tipo da Plataforma ou outras que garantam a independência devida para beneficiar do dito financiamento.

**3.3.** Ao declarar aberta a Conferência Internacional, o Primeiro Ministro testemunhou o seu apreço pessoal e do Governo pelo importante contributo que os parceiros não governamentais vêm dando ao desenvolvimento de Cabo Verde, nos mais variados domínios.

Com o sentimento de que esse vasto trabalho ainda não é devidamente reconhecido, destacou o seu contributo para o empoderamento das populações, que estão, paulatinamente, a pensar e a assumir o seu destino, havendo muitas organizações com uma perspectiva clara de futuro.

Sendo as associações de desenvolvimento comunitário um factor importante de participação das populações, enalteceu o seu contributo para a verdadeira descentralização no país, razão que o levam a dizer que as ONG's e as Associações de Desenvolvimento Comunitário se impõem hoje como parceiros incontornáveis de todos aqueles, incluindo o Governo, que pretendem fomentar o empreendedorismo social e criar dinâmicas de geração de empregos, de combate à pobreza e à exclusão social, enfim de desenvolvimento.

Neste particular, garantiu que o Governo estará ao lado das ONG e das OCB, criando condições jurídico-institucionais e mesmo materiais para a expansão e a consolidação desse movimento, como são os casos da aprovação, em 2003, da lei das associações, os projectos do Estado que contam com o envolvimento das associações e o Programa de Luta contra a Pobreza Rural, PLPR, que transfere um volume considerável de recursos às associações, através de contratos programa e num ambiente competitivo em termos de qualidade e de produtividade.

Consciente dos novos desafios trazidos com a graduação de Cabo Verde a país de rendimento médio, a adesão à OMC e a parceria especial com a União Europeia, defende como grande preocupação do Governo o mundo rural com a capacitação das populações, a infra-estruturação e a modernização da agricultura e programas de luta contra a pobreza orientados para as comunidades pobres.

No âmbito do PLPR, anunciou que o Governo decidiu estender o programa a todo o país, estando previsto, para o efeito, 20 milhões de dólares para fortalecer, nomeadamente, a actividade de micro-crédito, cujas instituições têm sido beneficiadas com assistência técnica, no quadro do MCA, devendo ser criado um Fundo de Financiamento do micro-crédito, para além de outras formas de afectação de recursos públicos para as actividades das ONG e OCB.

**IV.** A Conferência Internacional debruçou-se sobre quatro grandes temas de actualidade cabo-verdiana, designadamente:

- O Papel dos actores não governamentais e a sua contribuição no desenvolvimento de Cabo Verde;
- A Graduação de Cabo Verde: Oportunidades e desafios para os actores não governamentais;
- Desenvolvimento Económico e desigualdades: O Papel das ONG; e
- O Plano Estratégico da Plataforma: Mecanismos e estratégias de mobilização de recursos.

**IV.** Quatro painéis debateram com alguma profundidade os temas apresentados em plenária, tendo no final dos trabalhos aprovado as seguintes recomendações/conclusões:

#### I. Papel dos actores não governamentais e a sua contribuição no desenvolvimento de Cabo Verde

Quanto ao Papel das ONG para o desenvolvimento de Cabo Verde, os participantes recomendaram:

- A aposta na educação/formação dos dirigentes e membros das ONG's, de forma a capacitá-los para o trabalho comum e comunitário;
- O aproveitamento das potencialidades que apontam para uma família de ONG forte, dinâmica e com grande capacidade de intervenção junto das comunidades locais;
- O reforço institucional das ONG;
- A elaboração de uma guia das ONG no exterior para facilitar a interacção com as ONG nas ilhas;
- A mobilização social, acompanhada de actividades de animação para apoiar a organização das comunidades;
- A promoção da formação e capacitação das populações para saírem da pobreza;
- A necessidade de um melhor relacionamento entre o governo central, os governos locais e as associações da sociedade civil;
- A partilha com as ONG das opções estratégicas, a concepção e a implementação de políticas municipais e a promoção do encontro, debate e participação nos projectos da vida colectiva e nas decisões de gestão das comunidades;
- O desenvolvimento e a promoção da cidadania activa e para o "bem público/comum".

Apesar da evolução satisfatória, tanto do ponto de vista da quantidade como da qualidade das suas intervenções e tendo em conta uma série de constrangimentos que as ONG encontram no seu trabalho, o grupo recomenda, ainda:

- A elaboração, regulamentação e implementação de um Código de Ética;
- A realização de um debate à escala nacional sobre a ética e deontologia no seio das Organizações Não Governamentais;
- A aposta na diversificação da formação dos quadros das ONG'S e na profissionalização das actividades das ONG'S;
- O reforço e mobilização de novas parcerias e articulação dos recursos quer a nível interno, quer externo;
- A educação para a cidadania;
- A aprovação da Lei que regula a actividade das ONG;
- A aprovação da Lei da Cooperação Descentralizada; e
- A criação de uma base de dados das ONG e das acções e actividades que desenvolvem.

## II. A Graduação de Cabo Verde: Oportunidades e desafios para os actores não governamentais

O grupo aprovou como desafios/oportunidades:

- Face às condições de elevada vulnerabilidade económica em que Cabo Verde foi graduado, um desafio que se coloca às ONG, sobretudo às internacionais parceiras, é o de sensibilizarem e fazerem uma advocacia da aplicação integral a Cabo Verde das garantias de transição suave e a duração necessária, pela comunidade internacional, nomeadamente as perspectivas no quadro do Grupo de Apoio à Transição (GAT);
- Face à diminuição absoluta e selectiva da APD, é desafio das ONG procurarem mobilizar meios e recursos, em compensação, e buscarem uma orientação do seu uso virado para os sectores mais afectados em prol da coesão social nacional;
- Tendo em conta a sua particular inter-acção com todo o tecido social e em todas as zonas geográficas, as OSC estão particularmente posicionadas e vocacionadas para serem os agentes fundamentais da cultura do desenvolvimento da sociedade no seu todo, em articulação e sinergia com outros actores nacionais como o governo e isso passa pela estabilização de tal processo no seio das próprias OSC, em primeiro lugar, e pela construção da capacidade de comunicação diversificada e adequada aos destinatários;
- Outro importante desafio ligado ao precedente tem a ver com a necessidade da evolução das OSC no sentido de uma autonomização e busca de sustentabilidade. Nesse sentido, as OSC deverão desenvolver gradualmente o seu nível de profissionalismo, capacidade de gestão, capacidade técnica e a apropriação das estratégias sectoriais nacionais como forma de poderem tomar iniciativas mais válidas nesses campos;
- Na busca de sustentabilidade, um parceiro de importância deverá ser o Estado, para cuja execução do Orçamento Geral do Estado, as OSC deverão poder aceder conforme, aliás, foi indicado pelo Sr. Primeiro Ministro nesta Mesa Redonda, sendo essencial que sejam previamente definidas regras do relacionamento entre o Governo e as ONG e OSC nessa matéria, para assegurar transparência, imparcialidade e igualdade de oportunidades a estes, sem criação de dependência;
- Com vista a esse processo de capacitação acrescida de uma busca sistemática de novas oportunidades de sustentação e utilidade social, as OSC/ONG desejam que a sua Plataforma desenvolva as suas actividades de formação e informação de antenas das ONG/OSC junto dos parceiros, governos e outros e também de interface interna com o governo;
- Também as ONG/OSC deverão poder, junto dos investidores externos, promover a assunção de responsabilidades sociais que advêm do papel crescente daqueles nos destinos do país;
- Finalmente, e cientes de que as pistas aqui lançadas não constituem propostas ou soluções finais ou acabadas, recomendam à Plataforma que recenseie as questões cujo estudo

merece aprofundamento com vista a que os resultados desses estudos sejam oportunamente mas num horizonte tão próximo quanto possível, socializados e debatidos para que caminhos sejam trilhados de forma se não consensual, pelo menos, participada.

### III. Desenvolvimento Económico e desigualdades: O Papel das ONG

Na abordagem deste ponto, os participantes recomendam:

- A definição de uma cartografia das desigualdades e da pobreza em Cabo Verde, com o intuito de se definir as zonas geográficas e áreas prioritárias de intervenção;
- As ONG devem ajudar as autarquias locais a responder às consequências da descentralização dos serviços do Estado e da diminuição de financiamento;
- As ONG devem ajudar a população a ressaltar as suas verdadeiras necessidades, devendo ser realizado um diagnóstico de base local e participada por toda comunidade;
- O combate das políticas sociais e acções no terreno baseadas no conceito de assistencialismo e o fomento do empoderamento, empreendedorismo e inovação nas comunidades;
- A atracção de novos parceiros e novas formas de financiamento;
- A definição do código de conduta das ONG, para evitar a instrumentalização e o aproveitamento político das mesmas;
- A adopção de um modelo de planeamento, desde a fase de diagnóstico até à fase de avaliação, na definição de uma estratégia que contribua para o desenvolvimento e que deverá ser implementada a nível da Plataforma, das ONG e da comunidade;
- A Plataforma deve criar uma sinergia de esforços para que o Estado defina, em cada orçamento anual, uma percentagem a atribuir às ONG;
- A dinamização de mesas sociais entre as ONG para a partilha de boas e más práticas, assim como a reflexão sobre os projectos a implementar e a sua forma de financiamento;
- A definição das necessidades locais em Cabo Verde, através da aplicação dos indicadores de desenvolvimento humano;
- O reforço das competências das ONG sobre a temática do desenvolvimento;
- Uma maior capacitação de dirigentes, técnicos, animadores e voluntários, entre outros;
- A Plataforma, juntamente com as ONG, deve definir planos de emergência em resposta aos possíveis factores de risco;
- A definição de estratégias para a sustentabilidade das ONG;
- Uma maior advocacia junto dos decisores e de outras entidades públicas e privadas, com e sem fins lucrativos;

- A revisão do quadro legal para permitir às ONG actuarem numa lógica de mercado;
- A regulamentação da lei de mecenato social;
- Uma maior profissionalização das estruturas de funcionamento das ONG;
- As ONG devem ter em linha de conta nas suas acções todos os planos e instrumentos já concebidos a nível local e nacional;
- A Plataforma com todas as suas associadas deve criar uma sinergia de esforços para a implementação do Dia Nacional do Associativismo;
- As ONG devem adoptar a "vida" como o centro de toda a sua intervenção (Biocentrismo) em detrimento da centralidade exclusiva no "Homem" (Antropocentrismo);
- Partilha de recursos entre as Organizações, rentabilizando os recursos e minimizando custos.

#### IV. O Plano Estratégico da Plataforma: Mecanismos e estratégias de mobilização de recursos

Após a análise do supra-citado documento, o grupo aprovou como conclusões:

- A necessidade do financiamento do Estado através de dotação orçamental, devendo o Governo afectar 2% do Orçamento do Estado para o financiamento das OSC;
- A necessidade dos Estados, na sequência de alguns protocolos e tratados internacionais, assumirem eles mesmos a decisão dos sectores onde aplicar os recursos, o que implica a adopção dos chamados recursos inovadores de financiamento;
- A criação de mecanismos de financiamento autónomos (AGR);
- O financiamento para a adaptação às mudanças climáticas;
- A Necessidade de desenvolver mutualidades de crédito para financiar e equilibrar o sistema de financiamento de projectos;
- A construção de Parcerias internas entre ONGs com maior capacidade e as OCB e de Parcerias entre as Organizações do Norte, da Sub-região e nacionais;
- A criação de uma Bolsa de Parceiros para facilitar o conhecimento das ONGs e melhor divulgação dos mecanismos e procedimento de financiamento;
- A divulgação, sensibilização e formação de empresas sobre a lei do Mecenato e as suas vantagens e o aumento da percentagem da matéria colectável a que se aplica a lei do Mecenato;
- A realização de feiras de projectos;
- A necessidade de uma abordagem de programa ao invés da abordagem projecto evitando a dispersão e apelando à complementaridade;



- A elaboração de estratégias numa lógica sectorial e geográfica que dê maior coerência dos projectos de desenvolvimento;
- A participação na elaboração de orçamentos participativos nos municípios onde já vigoram e contemplar as preocupações de desenvolvimento local e comunitario nesses orçamentos;
- O reforço da capacidade de mobilização e gestão de recursos através da formação em elaboração dos projectos viáveis integrado as necessidade reais das populações;

Praia, 23 de Setembro de 2008